

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Agradeço a presença da imprensa e das visitas ilustres que estão no Plenário, meu amigo Barbosa, do Sinpol/MS; do Rafael Gusmão, vereador do município de Anaurilândia; do doutor André Borges. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *"Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência da deputada Mara Caseiro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Caravina, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Quatro da Vigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 211/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofícios nºs 3.295, 3.308, 3.313, 3317, 3.324, 3.333, 3.339, 3.343, 3.349 e 3.353/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1122/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Lidio Lopes, Pedrossian Neto, Zeca do PT, Junior Mochi, Paulo Duarte e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Lia Nogueira, João Henrique e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Foi suprimido. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 30/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 273/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Projeto de Lei nº 307/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 63/2024, de autoria do Tribunal de Contas. O deputado Coronel David pediu destaque e foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o requerimento de moção de aplauso. Protocolo nº 1174/24, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro das Cidades, senhor Jader Barbalho Filho, bem como, ao secretário nacional da Habitação, senhor Ailton Madureira de Almeida. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Londres Machado, endereçada aos auditores estaduais da Associação dos Auditores Estaduais de Controle Externo do TCE/MS, na pessoa da presidente, senhora Luísa Meinberg Cheade, por ocasião da comemoração do Dia Estadual do Auditor de Controle Externo, celebrado em 27*

de abril; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao delegado de polícia Lupércio Degerone Lucio, pela nomeação como novo delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, ocorrida no dia 16 de abril de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao terceiro-sargento Fábio Oliveira Pinzan, ao cabo Henrique de Almeida Ramos, ao cabo Paulo Lobo Santos, do Grupo Especializado Tático de Motos (Getam) do 3º Batalhão de Polícia Militar; ao cabo Rodrigo Sarate Machado, do Rádio Patrulha do 3º Batalhão da Polícia Militar de Dourados, pelo resgate de uma criança de dez meses que havia se afogado em uma residência em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira e ao Professor Thiago Moura, em face do projeto de Cinema & Teatro, multipremiado e desenvolvido na Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 26/04/2024, a partir das 19 horas, para a realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Ordem DeMolay, instituído por meio da Lei nº 3.502, de 25 de abril de 2008. O deputado Coronel David pediu vista do requerimento de informações (Protocolo nº 604/2024), de autoria da deputada Gleice Jane. Requerimento de informações, de autoria do deputado Pedro Kemp. Indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Junior Mochi, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Jamilson Name e Gerson Claro. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, para o pronunciamento do senhor Ricardo Bueno, que irá discorrer sobre a previdência estadual sob a ótica dos servidores públicos do estado de Mato Grosso do Sul. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 23 de abril de 2024: Ofício nº 21/2024, do Ministério Público Federal, encaminhando Sistema Sisconta Eleitoral; Ofício nº 424/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 539/2024); Ofícios nºs 3.473, 3.477, 3.481, 3.485, 3.495, 3.504, 3.509, 3.513, 3.521, 3.525, 3.529, 3.533, 3.537, 3.542, 3.550 e 3.643/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Mara Caseiro, Renato Câmara, Neno Razuk, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Gleice Jane, e Lia Nogueira (Prot. nºs 560/2024, 6861/2023, 6197/2023, 6755/2023, 6463/2023, 6354/2023, 6486/2023, 6228/2023, 6193/2023, 7010/2023, 6640/2023, 42/2024, 346/2024, 347/2024, 6806/2023, 6860/2023, 490/2024); Ofício nº 1.128/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 336/2024); Ofício nº 627/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande,

respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 243/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Coronel David - PL) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Coronel David - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença da Danielle, esposa do Nado Tosi, pré-candidato a vereador pelo Podemos, do município de Caarapó; do doutor André Borges e do meu amigo Barbosa, presidente do Sinpol/MS.

PRESIDENTE (deputado Coronel David - PL) — Registrado, deputado Professor Rinaldo. Sejam todos bem-vindos. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, com a vossa permissão, eu gostaria de falar por aqui.

PRESIDENTE (deputado Coronel Davi - PL) — Devidamente autorizado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, pelo lançamento de um bilhão e meio de obras no nosso estado, algo nunca visto anteriormente. Eu penso que esta Casa, assim como os prefeitos e vereadores dos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul, têm motivo para comemorar. Eu tomei nota do que é o Programa MS Ativo Municipalismo, que tem como objetivo promover o crescimento conjunto entre estado e municípios, e acho muito importante o que o governador fez, porque não é só fazer o lançamento, mas a forma como foi feito, deputada Lia Nogueira, porque esse um bilhão e meio de obras não caiu do céu, faz parte de um ajuste econômico do estado, lembrando que a Assembleia Legislativa tem um papel primordial nesse acontecimento. É uma construção dos oito anos do governo Reinaldo Azambuja e dois anos do governo Riedel, que agora decidiu fazer 100% de asfalto nas cidades para atender à solicitação dos vereadores, dos prefeitos dos setenta e nove municípios, e da classe política, que participou da reunião com o governador. O deputado Vander Loubet, coordenador da bancada de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, fez um pronunciamento muito apropriado, colocando que a classe política estava em festa porque um lançamento desse porte só é feito quando se faz uma política séria e tem um governador que cuida das contas do estado. O presidente Gerson Claro tem enfatizado uma filosofia desta Casa: o bom relacionamento de todos os Poderes para termos um estado sadio, para fazer obras, porque lá atrás, no primeiro mandato do Reinaldo Azambuja, nessa mesma época

do ano, já no mês de abril, a gente não sabia se ia pagar o salário de junho. Então, não tem como vender um conceito, não tem como pregar um programa estadual de obras se não tiver dinheiro, porque estado quebrado não faz proposta de governo nenhum. Então, eu quero deixar aqui registrado que o governador Eduardo Riedel está de parabéns. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do comandante Leonardo Luiz Menses Rodrigues, do Batalhão de Polícia de Choque, pelo seu falecimento na semana passada. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor José de Jesus Gonçalves, servidor aposentado desta Casa, foi segurança do nosso Plenário, que sofria de depressão, um mal que não escolhe raça e nem perfil socioeconômico, mas que se for detectada no início tem como ser tratada. Então eu quero pedir uma reflexão sobre esse assunto, e dizer que essa é uma chaga que nos acompanha e mesmo sabendo que o tratamento é difícil as pessoas têm que procurar ajuda. O deputado Professor Rinaldo me passou um dado muito interessante de que Campo Grande já foi o segundo lugar com maior número de suicídios de alunos de primeiro grau. Eu penso que não é somente uma questão existencial, é muito mais do que isso, é uma questão da pessoa não achar saída para algo que não sabemos. O cérebro é muito poderoso e eu duvido que neste Plenário não tenha alguém ou algum membro da família que não esteja sofrendo de depressão. Então, senhor presidente, como esse é um problema de saúde pública, eu quero propor, se Vossa Excelência me permitir, um programa específico junto com a Comissão de Saúde, mobilizando o nosso secretário para juntos discutirmos esse assunto que é muito sério. Eu acho que nós podemos colaborar, possibilitando, além do atendimento nos canais da UBS, um tratamento específico nos polos de saúde, porque efetivamente temos visto um crescimento muito grande dessa doença que está sendo considerada o mal do século. Senhor presidente, eu gostaria de dizer que recebo com muito carinho a missão oficial que o senhor me designou para acompanhar o nosso governador no MS Day, Mato Grosso do Sul além das fronteiras, para investidores que tenham interesse, como o que está acontecendo com as multinacionais aqui no nosso estado. Eu quero registrar aqui essa possibilidade que o senhor está me proporcionando de representar a nossa Casa nesse evento que vai ser realizado em Nova York. Senhor presidente, eu quero dizer também que a Eldorado Celulose está fazendo uma segunda ampliação em Três Lagoas, com possibilidade de dobrar o polo com uma nova planta de doze bilhões de investimentos. Quando a gente vê a Empasa aplicando aquele volume de recurso em Sidrolândia; os dez mil funcionários trabalhando em Ribas do Rio Pardo, construindo a Suzano; a aplicação do dobro do que vai ser feito em Ribas, lá em Inocência; e a gente aprova nesta Casa o programa do Fundersul para fazer uma pista de pouso em Água Clara, que será polo para atendimento de algum incêndio florestal, deputado Hashioka, e também uma pista de um mil e seiscentos metros onde será a nova Arauco, margeando a rodovia que liga Inocência a Três Lagoas, eu sinto muito orgulho. Nós estamos no rumo certo, nós estamos fazendo o Mato Grosso do Sul que a gente sonhou, dando emprego de qualidade, gerando renda para nossa população, e

isso se deve ao fato de termos um governador que tem buscado investidores de qualidade para o nosso estado. Então quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que nos encheu de orgulho, e mais orgulho ainda de saber que todo esse investimento se deve à Assembleia Legislativa, que teve coragem e apoiou as reformas necessárias para que pudéssemos chegar neste momento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador do município de Jardim, César Nogueira; do Fábio Luís, vereador do município de Dourados; do Alexandre Barbosa, presidente Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol); do doutor André Borges; do doutor Luiz Fernando de Souza Oliveira, do Zé Divino, do Adimilson Cesário, vereadores do município de Cassilândia; do Adair Aparecido Freitas, vice-prefeito de Inocência; do Catarine Paladini, deputado estadual do Rio Grande do Sul, que esteve presente no nosso evento ontem; do Rafael Gusmão, vereador do município de Anaurilândia. Continuamos no Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Rosana Leite de Melo, secretária municipal de Saúde de Campo Grande, com cópia ao senhor Marco Aurélio Santullo, secretário municipal de Governo, solicitando a reativação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, no Distrito de Anhanduí, localizada a cerca de sessenta quilômetros da sede do município de Campo Grande. Esta indicação foi motivada pelo pedido dos moradores do distrito que reclamam por não ter nenhuma forma de atendimento emergencial na comunidade, sendo preciso se deslocar até as unidades do Universitário ou das Moreninhas, aqui na capital. Alegam também que o trânsito da BR-163 é intenso e quando ocorrem acidentes que interditam a pista os carros ficam retidos nos congestionamentos da estrada, colocando em risco a vida das pessoas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Saúde, com cópia à senhora Mariele Alves Correia Gaia, diretora-presidente da Fundação de Serviço de Saúde, solicitando providência no sentido de rever a CI de 17 de abril de 2024, que limitou em quarenta e oito horas/mês, por servidor, o número de plantões do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, uma vez que a medida impacta diretamente nos profissionais da enfermagem que já estão com quadro reduzido. Justificativa: essa solicitação foi encaminhada pelos representantes dos trabalhadores da enfermagem, que manifestaram preocupação com o limite de plantões em quarenta e oito horas/mês, por servidor, visto que o quadro de técnicos de enfermagem está muito reduzido e, mesmo após a posse dos concursados, o número de servidores ainda será insuficiente para suprir a demanda dos setores de internação do Hospital Regional. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Eu tenho aqui uma moção de pesar aos familiares do capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul Leonardo Luiz Mense Rodrigues, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 20 de abril de 2024. Encaminho essa moção de pesar em nome da sua esposa, a tenente da PM Carolina, e da sua mãe, senhora Elisa Mense, minha amiga há mais de vinte anos. Caso aprovada, essa moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Coronel David, e em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento do capitão da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul Leonardo Luiz Mense Rodrigues, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 20 de abril de 2024. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, procurador-geral de Justiça, para que forneça informações sobre o recurso ou outra medida jurídica que envolve Williams Monteiro dos Santos, acusado de ser o autor do assassinato da própria esposa, Andressa Fernandes, cujo crime ocorreu no último dia 21 deste mês, no bairro Nova Campo Grande, nesta capital. Senhor presidente, como ex-integrante da Segurança Pública, a minha luta aqui é contra a violência com os cidadãos de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, e não poderia ser diferente, eu tenho uma luta em defesa dos direitos da mulher e contra a violência doméstica, porque não dá para entender que um crime de tão brutal crueldade praticado contra essa mulher tenha recebido, por parte da Justiça, um tratamento tão camarada como esse. Segundo o relato de testemunhas, o cara atropelou a mulher por duas vezes e arrastou o corpo dela, depois de uma briga que ele teve com ela na frente da filha. Ele foi preso em flagrante e na audiência de custódia foi liberado com o uso da tornozeleira eletrônica. É um absurdo, presidente! Um absurdo que um crime tão cruel cometido por este homem tenha recebido tal tratamento da Justiça aqui de Mato Grosso do Sul. Por esse motivo, senhor presidente, estou apresentando um requerimento ao procurador-geral de Justiça, para que o Ministério Público adote todas as providências necessárias e cabíveis neste caso, para que este assassino seja preso e aguarde o seu julgamento atrás das grades, já que ele representa um grande perigo para a sociedade e para as mulheres com as quais ele convive. Somente isso, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Presidente, com a sua permissão, eu gostaria de assinar com o deputado Coronel David, porque eu também não entendi a decisão da Justiça com relação a esse crime praticado com tamanha crueldade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, e a quem assiste esta Sessão. Senhor presidente, no dia 18 de março eu encaminhei um requerimento à Empresa de Transportes Andorinha, solicitando informações sobre a cobrança de uma taxa de serviço cobrada no momento da compra de passagem feita pela internet, uma inovação criada sem base legal, visto que a empresa não tem ônus nessa transação. A nossa solicitação pede informações sobre o amparo legal dessa cobrança e qual é a forma desse cálculo. A empresa não respondeu ao meu questionamento, então em vez de reiterar esse requerimento, vou fazer uma representação para o Ministério Público, para que eles se entendam com a Justiça. Como dizia o meu avô: mandar requerimento para a Andorinha é como mandar lembrança para quem a gente não conhece, ou seja, não vira nada. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, quem nos acompanha pela TV e Rádio Alems, senhoras e senhores. Eu quero dizer ao meu amigo Barbosa que assim que o projeto da Polícia Civil aportar nesta Casa, nós vamos discutir e falar sobre ele. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, com cópia ao coronel Frederico Reis Pouso Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, para que seja providenciado um curso de primeiros socorros destinado a professores e demais servidores das escolas municipais e estaduais do município de Corguinho, promovendo instruções acerca de técnicas emergenciais a serem aplicadas até a chegada do socorro especializado. Senhor presidente, estou apresentando um projeto de resolução que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em Homenagem ao Centenário de Helena Meirelles. Artigo 1º- Ficam instituídos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em Homenagem ao Centenário de Helena Meirelles, compositora, cantora, violonista, símbolo da música sul-mato-grossense e brasileira. Artigo 2º- A Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em Homenagem ao Centenário de Helena Meirelles serão destinados a homenagear mulheres instrumentistas do nosso estado nos mais variados segmentos musicais. Artigo 3º- A honraria instituída por essa resolução será entregue preferencialmente na semana em que se comemora o centenário de Helena Meirelles, 13 de agosto de 2024, em Sessão Solene realizada pela Assembleia Legislativa, especificamente para este evento. Artigo 4º- Caberá à Mesa Diretora determinar o modelo e características da medalha e do diploma instituídos. Artigo 5º- Os homenageados serão notificados pela Mesa Diretora acerca da data e horário da realização da Sessão Solene. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, eu acho que todos conhecem a história

da Helena Meirelles, conhecida como a Dama da Viola, que nasceu na fazenda Jararaca, região do antigo Entre Rios, mas foi em Bataguassu, mais precisamente na Nova Porto 15 que ela estabeleceu raiz. Helena Meirelles aprendeu a tocar viola com seu tio Leôncio, mesmo com a reprovação dos seus familiares, que diziam que não era coisa de moça de família e que passava imagem de pessoa descompromissada e sem responsabilidade. A cantora e compositora Helena foi convidada por Inezita Barroso para uma apresentação em seu programa Mutirão, exibido pela rádio da Universidade de São Paulo, e posteriormente participou do programa Viola Minha Viola, da TV Cultura, também apresentado por Inezita. O seu modo de tocar era peculiar e diferente de tudo que se conhecia sobre instrumentos de corda, e o sucesso e o reconhecimento nacional vieram depois que o seu sobrinho enviou algumas fitas para a revista norte-americana Guitar Player, dedicada a instrumentos populares de corda. Ela foi escolhida pela revista como instrumentista revelação de 1993, colocando sua palheta ao lado de nomes como o dos ingleses Eric Clapton e Jimmy Page, guitarrista do Led Zeppelin, e dos norte-americanos Jimi Hendrix, B.B King, e Carlos Santana. A Dama da Viola, como era carinhosamente chamada, foi reconhecida pela revista americana Guitar Player como uma das cem melhores instrumentistas do mundo. No dia 28 de setembro de 2005, Helena Meirelles não resistiu às complicações pulmonares, vindo a falecer em Campo Grande, aos oitenta e um anos de idade. No ano seguinte, foi lançado o documentário "Dona Helena" em sua homenagem, com direção de Dainara Toffoli. A história de Helena Meirelles está intimamente ligada à de Bataguassu, onde se encontra o Museu Municipal Helena Meirelles, que eu tive a oportunidade de inaugurar, ainda quando prefeito. Esta é uma importante homenagem deste Parlamento ao centenário da Dama da Viola, que deverá ser outorgado às grandes mulheres instrumentistas sul-mato-grossenses e que levará o nome de ninguém menos que Helena Meirelles. Então, eu queria pedir o apoio da Mesa Diretora e de todos os parlamentares, para que a gente consiga aprovar a instituição da Medalha e do Diploma de Honra ao Mérito em Homenagem ao Centenário de Helena Meirelles, para que no mês de agosto a gente possa homenagear as grandes instrumentistas, oportunidade em que cada parlamentar vai poder homenagear as instrumentistas do nosso estado que fazem esse trabalho brilhante. Com certeza será motivo de orgulho receber essa homenagem da grande Dama da Viola. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia senhor presidente, nobres pares, a todos que se fazem presentes e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de educação, Hélio Queiroz Daher, ao diretor presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja retomado o projeto "Escola de Voleibol", na Escola Estadual Marechal Rondon, no município de Mundo Novo. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Kaudi.

Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran), Rudel Espíndola Trindade, solicitando que sejam adotados os procedimentos necessários para implantação de sinalização horizontal e vertical, no perímetro urbano do município de Chapadão do Sul. O pedido foi formulado pelo vereador Vanderson Cardoso, do município de Chapadão. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia, senhoras e senhores. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Zenaide Espíndola, prefeita do município de Laguna Carapã, pela realização do 24º concurso "Pé de Soja Solteiro", em comemoração ao 32º aniversário daquele município, que aconteceu entre os dias 19 e 21 de abril. Ao longo dos anos, o concurso "Pé de Soja Solteiro" promove o desenvolvimento da agricultura no município e mostra também a força do agronegócio em Mato Grosso do Sul, premiando os produtores pelo seu desempenho no plantio e cultivo de soja. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Alan Guedes, prefeito do município de Dourados, solicitando a disponibilização de recursos financeiros para implantação da perimetral sul, ligando a BR-463, MS-379, BR-163, MS-156 a BR-376, em Dourados. Devido à implantação de novos conjuntos habitacionais, do crescimento na região do Parque das Nações, do Guaicurus - 4º plano, do Hospital Regional, e do crescimento industrial de Dourados, o tráfego se intensificou muito e agora se faz necessária uma obra dessa envergadura. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de Infraestrutura, solicitando a construção de acostamento ou outra estrutura de recuo na MS-379, KM 9, chamado Campo Seco, em frente à Fazenda Ponta Kaí. Esse é um pedido dos moradores daquela região que reclamam da falta de segurança no recuo para quem trafega naquele trecho. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, solicitando informações sobre o Programa MS Ativo Municipalismo, referente aos eixos da infraestrutura, saúde, assistência social, e educação. No que se refere à educação, o problema mais grave é no município de Dourados. De acordo com um levantamento feito no início deste ano, havia mil crianças fora da sala de aula desde a educação infantil até o ensino fundamental. Então, de acordo com o que foi colocado, o governo vai assumir

também o ensino fundamental e não vai permitir que essas crianças permaneçam fora da sala de aula, independentemente da cor do uniforme. Foi feito um acordo com o Ministério Público em Dourados, deputado Pedro Caravina, e o índice reduziu, mas ainda existe cerca de seiscentas crianças fora de sala, o que é inconcebível, já que isso interfere nos índices de aprendizagem e de aproveitamento escolar dos estudantes de Mato Grosso do Sul. Então, nós estamos entrando com essa indicação para que o governo possa dar uma atenção especial a esses municípios, principalmente Dourados.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero parabenizá-la pela sua excelente colocação com relação à educação, e estender os cumprimentos ao Programa MS Ativo Municipalismo. Quando eu ainda era secretário de Governo, tive a oportunidade de ajudar a programar junto com o governador Eduardo Riedel e posso dizer que além da infraestrutura que foi muito bem destacada pelo deputado Paulo Corrêa, o investimento de quinhentos milhões em convênio nos municípios, mais de um bilhão em obras que serão executadas pela própria Agesul, pela Seilog, nos setenta e nove municípios, temos ainda os eixos da educação, inclusão social, assistência social e saúde. Quando você fala em educação, eu posso garantir que essa é a prioridade do governador Eduardo Riedel, independentemente de ser competência do estado ou do município. Por conta dos indicadores apurados, e aí houve todo um trabalho de levantamento, a matemática ainda é um grande problema nas escolas municipais e estaduais, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, e esse trabalho vai vir focado nesses indicadores. Acho que o grande diferencial desse Programa MS Ativo Municipalismo é a contrapartida, é essa parceria com os municípios na melhora dos indicadores. Quando o estado cobra dos municípios e a adesão é voluntária, ele dá a contrapartida não em dinheiro, mas na melhora desses indicadores de educação, saúde e assistência social, e quem vai ganhar com isso vai ser a população. O Programa MS Ativo Municipalismo é uma nova forma de fazer municipalismo, é uma adequação para a melhora do grande projeto de municipalismo que veio do governador Reinaldo Azambuja e agora com essa inovação no governo Eduardo Riedel. Então, parabéns pela sua colocação! Eu me somo ao ideal da senhora em melhorar a educação do nosso estado.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigado, deputado. Quero dizer que com relação à questão do ensino fundamental, o governo do estado já viabilizou parcerias lá em Dourados, mas acredito que isso pode avançar, visto que ainda temos muitas crianças fora da sala de aula. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e nos

assistem através da TV Alems. Eu quero fazer aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando estudos para que seja realizada a construção de uma rotatória na BR-163 próximo ao município de Mundo Novo, que dá acesso ao município de Japorã. A presente indicação atende uma solicitação dos moradores que utilizam essa rodovia. Eu tenho reiterado esse pedido, senhor presidente, tendo em vista que as pessoas saem do município de Japorã e quando chegam na BR-163 não há nenhum controle, apenas uma placa, e por esse motivo acontecem vários acidentes com vítimas fatais. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação ao coronel Nelson Antônio da Silva e toda diretoria do Operário Futebol Clube, pela conquista do Campeonato Sul-Mato-Grossense de 2024, extensiva a todo o seu elenco. Justificativa: os membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representados pelo deputado estadual Lidio Lopes, parabeniza o presidente Nelson Antônio e toda a diretoria do Operário Futebol Clube, pela conquista do Campeonato Sul-Mato-Grossense 2024, extensiva a todo seu elenco, pela dedicação, habilidade e trabalho árduo demonstrados por cada membro da equipe de jogadores, equipe técnica e diretoria, que culminou com a conquista do décimo terceiro título do Campeonato Sul-Mato-Grossense. Essa vitória não é apenas um triunfo, mas um motivo de orgulho para nossa região, representando a excelência e o talento que caracterizam toda a equipe operariana. Que essa moção sirva como testemunha do nosso apreço pelo excepcional desempenho do Operário Futebol Clube, e um incentivo para que continue a alcançar novos patamares de sucesso. Senhor presidente, o nosso estado que já teve clássicos como o Comerário, o Operário e o Comercial, e quando ainda menino eu não conseguia ingresso, tinha que assistir no pescocinho, ficava na geral, vendo só o pé dos jogadores no gramado. Assistir um clássico do futebol sul-mato-grossense era glorioso, mas com o passar dos anos foi caindo esse efeito. Nós ainda temos grandes expectativas que Mato Grosso do Sul também se torne como o Mato Grosso, que incentivou o esporte e hoje tem o Cuiabá Esporte Clube disputando o campeonato nacional na primeira divisão com grandes incentivadores do agro ajudando o esporte. Quero aqui parabenizar a prefeita Adriane Lopes por ter essa visão de incentivar o esporte e de viabilizar o Estádio Municipal Jacques da Luz com iluminação e cuidado do gramado, para que o Operário, esse time de Campo Grande, possa comandar jogos aqui no estado, tendo em vista que há três anos se encontra interditado o nosso Estádio Moreirão, que pertence à Universidade Federal. Quem sabe possamos sediar, no ano que vem, a rodada da Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro da série B, aqui em Mato Grosso do Sul. Era o que tinha, senhor presidente. Parabéns ao Operário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós registramos, em nome da Casa, não só o Operário campeão, mas também Audac, uma bela final a qual tivemos a oportunidade de participar. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, imprensa, a todos que nos prestigiam presencialmente ou pela TV Assembleia. Eu faço uso da palavra para apresentação de duas indicações e uma moção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimento (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando a realização de obras de recapeamento, Operação Tapa-Buraco, serviços de roçada e limpeza na rodovia MS-379, partindo da MS-463 até o município de Laguna Carapã, num trecho de aproximadamente quarenta e seis quilômetros que se mostra um elo vital para o desenvolvimento econômico e social do estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao anseio da população que encaminhou o pedido ao nosso gabinete. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando a realização de obras de recapeamento, Operação Tapa-Buraco e serviços de roçada e limpeza na rodovia MS-080, no trecho que liga Campo Grande a Rio Negro, que se mostra também um elo vital para o desenvolvimento econômico e social do estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao anseio da população que enviou essa solicitação ao meu gabinete. Por fim, senhor presidente, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Thiago da Cruz Bandeira e ao senhor Fernando Lopes Neto, por se tornarem campeões na categoria masculina da etapa Campo Grande do circuito Track & Field Open Beach Tennis, que ocorreu entre os dias 19 e 21 de abril de 2024. Consequentemente eles irão representar a nossa Capital na etapa nacional que ocorrerá em outubro, na cidade de Curitiba, lembrando que o atleta Thiago da Cruz Bandeira é servidor da Assembleia Legislativa, lotado em nosso gabinete. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, senhoras e senhores. Tenho quatro indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a substituição da ponte de madeira por uma de concreto em frente à fazenda Sapo, na estrada vicinal que parte da rodovia BR-060, na altura do restaurante Bolicho Seco, no município de Sidrolândia, ao assentamento Santa Mônica, no município de Terenos. Outra indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a instalação de um redutor de velocidade, tipo passarela elevada, na rodovia MS-278, em frente ao prédio onde funciona o Projeto Sorriso da Criança, no distrito de Nova América, no município de Caarapó. Outra indicação ao secretário

Rodrigo Perez Ramos, solicitando aos deputados federais e senadores representantes do estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal e no Senado, gestão conjunta para a viabilização de recursos a serem investidos na construção de um terminal rodoviário no município de Guia Lopes da Laguna. Outra indicação também ao secretário Rodrigo Perez Ramos, solicitando a construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio Santo Antônio e o rio Feio, localizada no trecho que dá acesso à rodovia MS-362, no assentamento Rio Feio, no município de Guia Lopes da Laguna. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria Aparecida da Silva e do senhor Anderson Amada, ambos vereadores do município de Anaurilândia. Solicito aos deputados Marcio Fernandes, Lucas de Lima, Professor Rinaldo que coloquem suas indicações sobre a mesa, até para dar oportunidade no Grande Expediente. Caso tenham algo que precise ser declarado, poderão fazê-lo na sessão de amanhã também. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 1216/2024). De autoria do deputado João César Mattogrosso: três indicações (Prot. nºs 01213/2024, 01214/2024, 01212/2024) e um projeto de resolução (Prot. nº 01215/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 01244/2024, 01243/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01242/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 01252/2024, 01250/2024, 01251/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01254/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01256/2024) e uma moção de congratulação (Prot. nº 01257/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 01260/2024, 01231/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 01249/2024, 01217/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 01269/2024, 01268/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 01218/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 01255/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: onze indicações (Prot. nºs 01267/2024, 01266/2024, 01265/2024, 01264/2024, 01263/2024, 01262/2024, 01259/2024, 01237/2024, 01241/2024, 01236/2024, 01240/2024); três requerimentos (Prot. nºs 01258/2024, 01261/2024, 01239/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 01234/2024, 01232/2024, 01230/2024, 01229/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01253/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 01248/2024, 01247/2024, 01246/2024, 01245/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Solicito aos membros da Comissão de Acompanhamento da Previdência, deputados Paulo Duarte, Hashioka, Gleice Jane e Pedrossian Neto, que se reúnam para definir quem pode fazer o contato com o secretário de Estado de Administração, Frederico Felini, para fazermos a reunião conjunta. Hoje está acontecendo uma reunião com o representante dos servidores para começar as ações conjuntas entre Assembleia, com a participação de servidores, e a Secretaria de Administração. Faço isso para atender uma solicitação do secretário de Administração, senhor Frederico Felini. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte, Transferida. Com a

palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo, que disporá de trinta minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e demais membros da Mesa, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Em nome do Diego, cumprimento toda a juventude, o Donato Tozzi, a Dani e todos que representam os municípios de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, eu não vou usar os trinta minutos regimentais, mas quero aqui lembrar de um tema terrível que de maneira recorrente tem sido discutido nesta Casa, que é a questão da violência contra a mulher sul-mato-grossense. Eu estava agora há pouco falando com o deputado Paulo Corrêa sobre os dois feminicídios de mulheres que perderam suas vidas por conta do fim do relacionamento, deputado Pedro Kemp. Parece até que estamos retroagindo à época primitiva. Em que pese, deputada Lia, esta Casa ter tantas proposituras, tantas leis, eu mesmo tenho cinco que versam sobre esse assunto, que estão inseridas na grade curricular como tema transversal para que crianças e adolescentes sejam preparados para entender, quando tiverem um relacionamento, que a tolerância é um dos princípios básicos do Estado Democrático de Direito. Nós temos a Lei Maria da Penha; temos a Casa da Mulher Brasileira instalada no nosso estado, prova inequívoca de que este estado é ainda muito machista; temos um projeto que tramita no Senado, que vai aumentar a pena para quinze anos em regime fechado, sem progressão; temos uma lei de autoria da deputada Rose Modesto, que foi aprovada por unanimidade, mas parece que nada disso vai impedir que aqueles que se dizem homens com h minúsculo, respeitem, amem e protejam a mulher.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Concederei.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado, Vossa Excelência tem razão quando diz que nesta Casa existem legislações aprovadas e sancionadas pelo governador para podermos efetivar uma proteção maior na questão da violência contra as mulheres. Hoje, ainda no Pequeno Expediente, eu falei sobre o homem que assassinou a sua mulher, atropelou, passou duas vezes sobre o corpo dela e na audiência de custódia ele foi liberado pela Justiça utilizando tornozeleira eletrônica. Então, deputado Rinaldo, não basta esta Casa formular leis se a Justiça adotar providências frouxas com relação a casos tão graves como esse. Eu me junto a Vossa Excelência, mas acho que temos que continuar questionando essa impunidade que campeia esses crimes de violência contra a mulher, porque falta algo a mais para que a gente possa implementar e fazer com que as leis aprovadas nesta Casa sirvam realmente de proteção às mulheres de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Insiro na íntegra o aparte de Vossa Excelência, dizendo que o projeto que nós apresentamos aqui já está tramitando, será distribuído amanhã na CCJR, inclusive já conversei com a deputada

Mara, com os deputados Junior Mochi, Pedrossian, Caravina, ou seja, com todos os membros da comissão e, se Deus quiser, ela será sancionada. O objetivo dessa lei é que o homem que promover violência doméstica terá que arcar com todo o custo que o estado empenhar na respectiva proteção dessa mulher, desde o deslocamento da viatura, custo com remédio, com fisioterapia, com psicólogo, e tudo será mensurado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Parece que a somente a punição não está impedindo que as atrocidades aconteçam. Na semana passada, houve aquele caso em Água Clara, que o companheiro trancou a vítima em sua casa, comprou um galão de gasolina, ateou fogo e só por milagre ela não morreu, mas todos os seus membros foram queimados. O projeto que está tramitando, vai tocar na parte mais sensível do ser humano, que é o bolso, visto que a multa vai chegar a dez mil Uferms, ou seja, quase quinhentos mil reais, dependendo da situação socioeconômica do agressor. Então, com esse projeto o professor não vai discutir esse assunto apenas em 8 de março, mas durante todo o ano letivo. Essa é uma forma de a gente trabalhar na perspectiva da formação da cidadania, do amor ao próximo e do princípio da tolerância, para que quando esse garoto estiver no nível médio, ele entenda que existe uma lei e que ele pode até ficar preso. A lei que está tramitando é no sentido de ficar no regime fechado sem a respectiva progressão. Quero aqui fazer um apelo à deputada Mara e aos demais membros titulares da CCJR, levando em consideração que logo mais vem o período eleitoral, para que todos sejam signatários desse projeto de lei para que tenhamos esse instrumento para sensibilizar, pois ninguém quer colocar a mão no bolso para pagar nada e isso mexe com o cidadão. Então, se o indivíduo fizer alguma agressão, terá que pagar. O Mato Grosso do Sul será o segundo estado da Federação a criar esse mecanismo ,para tentar frear essa chaga que lamentavelmente assola o nosso estado e o Brasil. Eu falei com o governador Eduardo Riedel e ele ficou muito feliz com a nossa iniciativa..

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu entendo que todo instrumento que a gente puder se valer para impedir a violência contra as mulheres e o feminicídio, é salutar. O Coronel Davi falou aqui hoje do caso desse criminoso que tirou a vida dessa mulher de vinte e nove anos, jovem, com todo um futuro pela frente, e saiu de lá como a tornozeleira. Isso é inadmissível! Não dá para entender como é que uma tornozeleira irá pagar a vida de uma pessoa. Eu entendo que essa lei é uma forma de a pessoa repensar os seus atos, as suas atitudes, e já que ela não tem amor no coração, então que pense no amor ao seu bolso e pague por todo o prejuízo que causar ao setor público. Então, deputado Rinaldo, eu acredito que assim como essa lei que o senhor trouxe para esta Casa vai mexer no bolso do agressor, ela também fará com que ele repense, por isso sou totalmente favorável a esse projeto de lei.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero fazer um apelo ao Judiciário. Esse tipo de crime não ser flexibilizado e, independentemente de quem quer que seja, é preciso ter penas duras e cumpridas na íntegra. Caso haja reincidência no comportamento do agressor, a multa de dez mil Uferms poderá ser dobrada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu ouvi com atenção a fala de Vossa Excelência, o aparte do Coronel David e também da Mara, mas acho que de nada adianta estipular o valor de uma multa se a pessoa não tem nada para pagar e nem como responder. Não creio que o caminho seja multar as pessoas. Eu estou com oitenta e quatro anos, assisto esses crimes desde que me entendia por gente e posso dizer que antes não era tão escandaloso como hoje, haja vista que estamos terminando o quarto mês do ano e já aconteceram quatorze crimes contra as mulheres. Eu acho que deveria ser construída uma penitenciária no meio da floresta Amazônica para isolar essas pessoas, porque elas não podem ficar no mesmo reduto, visto que aqui não tem pena de morte. Da mesma forma que o Coronel David falou, eu acho que esse indivíduo é um animal, não pode conviver em sociedade, deve ser exterminado. Então, por mais que a gente debata esse assunto, eu acho que tem que haver uma lei federal rígida porque isso não acontece somente em Mato Grosso do Sul, é uma vergonha nacional e mundial o crime contra as mulheres. E quando se vê soltar o maior traficante do mundo pela porta da frente, no país? Eu pergunto: será que nós estamos certos? Será que as leis estão sendo cumpridas? Ficam discutindo um negócio de proibir você de falar, travar o seu pensamento e tantas outras coisas, ao invés de cumprir as leis corretas. Agora mesmo foi aprovado o Marco Temporal, e o Gilmar Mendes suspendeu, quer dizer, isso é desrespeito com o Senado Federal, com a Câmara Federal e todos estão de braços cruzados. Então, eu, como brasileiro, me sinto impotente para discutir qualquer tipo de assunto. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Zé Teixeira, eu acredito que se Rui Barbosa ressuscitasse, ele teria vergonha do Judiciário brasileiro, mas enquanto o princípio da equidade não for executado na sua plenitude, a gente tem que fazer a nossa parte, e como deputado estadual estou fazendo a minha. Esta proposição que será distribuída amanhã na CCJR, deputada Mara, é um instrumento a mais, inclusive já passou na Câmara Federal, por unanimidade, e a autora foi a Rose. Não estou aqui advogando em causa própria, estou falando do tema, e todos os deputados votaram para aumentar a pena sem a sua respectiva progressão. Eu gostaria de fazer um apelo aos senadores para que esse projeto, que já está no Senado, seja aprovado. Independentemente de quem quer que seja, da situação socioeconômica ou do grau de intelectualidade, se o indivíduo cometer esse crime, ele deverá ir para a cadeia e cumprir a pena integralmente. Além das leis existentes no Código Penal e

da Lei Maria da Penha, nós estamos criando mais um mecanismo, lembrando que esse crime está permeado de forma macroscópica em todos os setores da nossa sociedade. Quero agradecer aos deputados que já são signatários dessa propositura, inclusive o deputado Zé Teixeira já está falando que quer assinar também. O governador Eduardo Riedel disse que quer sancionar essa lei num grande ato em defesa da mulher sul-mato-grossense. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero agradecer aos deputados que participaram, aos servidores da Assembleia Legislativa, à Secretaria de Estado de Administração, através do secretário Fred Feline, a madrinha da campanha "Seu Abraço Aquece", dona Mônica, e convidar todos os deputados a participarem até o dia 25 de maio. (Execução da música dos servidores da Assembleia Legislativa). Nós vamos fazer uma campanha para ver qual gabinete consegue mais doações, lembrando que tem uma caixa ali na no saguão, deputado João Henrique, deputada Mara, que já está lotada. No primeiro dia já conseguimos arrecadar vários cobertores e agasalhos. Quero agradecer a presença do senhor Bruno Dantas, vice-prefeito de Coronel Sapucaia; da Tânia Cristina, vereadora do município de Dourados; do Gilson Alves, presidente da Câmara Municipal de Selvíria; do vereador Francisco Alves, presidente da Câmara Municipal de Jateí; da Cileide Cabral, vice-prefeita de Jateí; do Robson Carlos, vereador do município de Jateí. Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Eu gostaria de expor que hoje nós apresentamos, por acordo de lideranças, à Mesa Diretora, o projeto de lei referente à data-base dos servidores da Assembleia Legislativa que é no mês de Abril. O Poder Executivo deverá fazer a Revisão Geral Anual (RGA) para todos os Poderes no mês de maio, mas agora, no mês de abril, nós estamos fazendo o reajuste de salário dos servidores. O reajuste será de 2,2% mais os reajustes de auxílio-alimentação e do auxílio transporte. No mês de maio será feita a Revisão Geral Anual e no mês de junho estaremos encerrando o trabalho da comissão que deverá apresentar a reestruturação do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Assembleia Legislativa, para posteriormente propor um concurso. Todos esses trabalhos estão sendo feitos por uma comissão conduzida pelo departamento de finanças, pelo departamento pessoal e pelo Sindicato dos Servidores desta Casa. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 307/2023. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Proíbe ações ativas de telemarketing via ligação telefônica realizada por robôs, bots ou por programa de software que executem tarefas automatizadas, repetitivas e predefinidas para essa finalidade, no estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela

Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 307/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo - secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 312/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a campanha de conscientização sobre o Transtorno do Processamento Sensorial (TPS) no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 158/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Márcio Fernandes. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 158/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 060/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual da Educação Legislativa". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Apenas para colocar a importância da educação legislativa na capacitação e na formação dos cidadãos e entender como funciona o Poder Legislativo, os seus direitos e deveres, e o que é uma Constituição Federal.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero registrar a presença da Lígia Borges, presidente da Câmara Municipal de Amambai; da Cida Farias, vereadora do município de Amambai; do Gustavo Otano Simões, vereador do município de Amambai.

Projeto de Lei nº 060/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, peço destaque do Requerimento nº 604/2024, do Item 5.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ok. Então vamos votar dezoito indicações. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, quero saber se o seu pedido também inclui a discussão. Para discutir, o deputado João Henrique, enquanto a gente lança o requerimento da deputada Gleice Jane.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, subo a esta tribuna para discutir a inclusão de um requerimento que visa ressuscitar e trazer à discussão, deputado Roberto Hashioka, deputado Coronel Davi, a inclusão daquele livro "O Averso da Pele", que com a graça de Deus, e com a iluminação de vários gestores dos estados, foi excluído das grades curriculares e retirado o acesso a essa obra, deputado Coronel Davi, deputado Caravina, das bibliotecas dos estudantes, visando colocar uma discussão para que a gente volte a ver, deputado Hashioka, a distribuição desse livro. Senhor presidente, eu desafio qualquer colega parlamentar a ler algumas páginas desse livro, salvo engano a 129, a 170... Tenho certeza de que nenhum parlamentar, nenhum proponente, nenhum parlamentar do PT, teria coragem de ler numa tribuna, num Parlamento, num órgão público como a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, por menor censura que possa existir, por total imunidade as nossas palavras, opiniões e votos, que é um direito sagrado da Constituição Federal. E caso eles lessem, teriam que pedir a retirada das palavras das notas taquigráficas, porque tenho certeza que nós temos uma Comissão de Ética nesta Casa que traria problemas para esse parlamentar, em razão dos livros que são ofertados para as crianças e adolescentes. Eu gostaria de dizer às Vossas Excelências que a liberdade de expressão tem que ser na plenitude, a comparação que faz aqui a deputada do PT é com livros do Jorge Amado, do Monteiro Lobato, que já foram objeto de censura e que é algo que ninguém é favorável, mas a questão é que nós estamos tratando da Rede Pública Estadual de Ensino. A grande maioria da população não aprova a distribuição, a inclusão, e nós estamos falando da competência estadual para promover essa distribuição. Vários governadores retiraram por pressão da maioria da população que não concorda. "Ah!, mas o livro ganhou o Prêmio Jabuti". Alguns professores combatem por ideologia ou por possuírem uma visão diferente desse livro. Então, os

pais que aprovam essa barbaridade, que comprem para os seus filhos lerem; e aqueles que quiserem, antes da hora, entregar um livro de Jorge Amado para o seu filho, por melhor prêmio que possa ter recebido, que o façam, que disponibilizem na biblioteca da sua casa. É baratinho, está na Amazon. Que seja discutida uma política para que o estado entregue uma bolsa aos livros virtuais e que os pais, por liberdade absoluta, deputado Zé Teixeira, comprem para os seus filhos lerem. Agora, imagine aquele pai que é contra a distribuição desse livro e não tem condição de tirar o filho da escola que o forneceu. O deputado Rinaldo sabe qual é o trecho que eu estou falando e que nenhuma criança de oito, dez, doze anos deveria ler.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O livro que Vossa Excelência está falando é aquele que trata a questão do racismo?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim, O Averso da Pele.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu fui a primeira pessoa a abordar esse assunto com todo o respeito àqueles que pensam diferente de mim. Acho que o professor tem que ter liberdade, mas nesse ponto eu concordo com Vossa Excelência, tanto é que estive com o governador e com o secretário de Educação do nosso estado, e esse foi o livro escolhido. Uma professora me ligou dizendo que não tem a ver e eu sugeri que, antes que ela desse a sua opinião, conversasse com dez famílias, lesse esse trecho, perguntasse se eles concordavam, e posteriormente me desse um feedback dessa conversa. Isso já tem, mais ou menos, um mês e até agora ela não me deu resposta. Eu me considero uma pessoa liberal, mas acho que tem momento, lugar e idade para tudo. Lamento profundamente, nada contra o autor, mas o palavreado desse livro não é adequado. De acordo com uma pesquisa que eu fiz, nós temos mais de setenta obras que tratam sobre a prevenção e a conscientização a respeito desse tema que temos que abominar de forma veemente que é a questão do racismo, porque é inadmissível que em pleno século XXI haja preconceito por conta da cor da pele. Eu acredito que não somente o governador Eduardo Riedel, mas também o governador do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, recolheram esse livro. Então, nesse sentido eu concordo plenamente com Vossa Excelência, é preciso trabalhar durante todo o ano letivo com as nossas crianças sobre a importância do respeito, do amor ao próximo, da tolerância e, acima de tudo, na perspectiva de construir um estado mais justo, mais fraterno, mais solidário e mais tolerante. Obrigado pela concessão do aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu trago hoje a minha fala o artigo 226 da nossa Constituição Federal, que diz que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do estado e no seu parágrafo 7º traz luz a um princípio que norteia todas as ações, sejam atos administrativos como esse ou seja a capacidade de editar

normas e leis nesta Casa. Quero dizer a Vossas Excelências que sempre que tenho oportunidade de discutir Direito Constitucional em alto nível, o faço com o meu colega deputado Junior Mochi. Então, o parágrafo 7º do artigo 226 é fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, e compete ao estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte das instituições oficiais ou privadas. Eu quero mais uma vez reafirmar que esse é um direito, é um princípio que o estado não tem a intenção, a capacidade, aliás ele tem o dever de não intervencionismo. Agora se quer propiciar os recursos, deputado Zé Teixeira, para que o pai ensine qualquer religião, qualquer ideologia contrária de um lado ou de outro para o seu filho, é livre também, mas o que nós temos que defender é o direito de quem é contra aquilo que nós acreditamos. Essa é a liberdade absoluta e plena da manifestação do nosso pensamento e que combate as grandes arbitrariedades deste país. Eu quero saber, deputado Lidio Lopes, qual escola particular no estado de Mato Grosso do Sul teria coragem de, voluntariamente, instituir esse livro na sua grade curricular. Nenhuma é a resposta. Sabe por que, deputado Zé Teixeira? Por que todos os alunos iam pedir o cancelamento das suas matrículas, os pais iam pedir, e na rede pública, onde ninguém deve tocar, infelizmente, a gente recebe diversos pedidos de pessoas humildes, trabalhadoras, que querem, até por conta da localização, uma vaga para o Ceinf. Não é da nossa responsabilidade organizar, mas sim proteger o que lá acontece. Concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência trata de um assunto muito pertinente ao bem-estar da sociedade. Na minha visão, a base da sociedade é a família, e é ela que tem que orientar. Eu tenho impressão de que o governador Riedel já tomou atitude e suspendeu esse livro no Mato Grosso do Sul, mas eu queria que Vossa Excelência me informasse se voltou a distribuição. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado João Henrique, acabou o seu tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir. Deputado Zé Teixeira, o governador emitiu uma nota dizendo que as expressões desse referido material são impróprias para a faixa etária dos estudantes atendidos na rede de ensino, que o uso de termos e jargões inviabilizam a utilização pedagógica de tal livro no ambiente escolar. Por esse motivo, ele encaminha voto contrário ao requerimento do deputada Gleice Jane, que visa questionar esse ato, ressuscitar a discussão e trazer esse livro de volta para a rede, segundo os fundamentos próprios do requerimento que Vossa Excelência tem na sua mesa. Obrigado, presidente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Em discussão.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, a autora do requerimento, deputada Gleice Jane. Quero registrar a presença, neste Plenário, da Cida Faresmo, vereadora do município de Amambai; do Miltão, vereador do município de Naviraí; do Bolacha do raio-x; do Luiz Carlos Garcia, vereador do município de Naviraí; do Antônio Francisco da Silva, vereador do município de Itaquiraí. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. Com a palavra, a deputada Gleice Jane, que disporá de dez minutos para discutir.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu vim aqui para esclarecer essa polêmica colocada pelo deputado João Henrique, porque eu acho que ele não leu o livro e nem o requerimento, se tivesse lido não teria essa preocupação. Em momento algum o requerimento está solicitando a volta do livro, mas isso já aconteceu nos estados do Paraná e Goiás, e até onde eu sei, Mato Grosso do Sul é o único estado que ainda não devolveu. Eu vou ler aqui o requerimento: "Para realizar a análise da obra "O Averso da Pele", foi constituída uma comissão de profissionais com competência de análise crítica literária, ou ao menos ligada à área da educação? Em caso positivo, informe os nomes, as qualificações e os critérios utilizados". Eu não estou pedindo aqui para voltar o livro, estou perguntando se teve uma análise crítica, uma análise profissional, técnica e científica sobre o livro. "Além do recolhimento da obra nas setenta e cinco escolas estaduais que escolheram o referido livro, foi realizada alguma investigação para ouvir a motivação dos profissionais dessas setenta e cinco escolas sul-mato-grossenses que escolheram o título do livro dentro do PNLD? Se sim, quais medidas foram determinadas"? Eu não estou pedindo para voltar o livro, estou perguntando por que os professores pediram esses livros que já foram analisados e estudados por uma comissão nacional durante o governo Bolsonaro, inclusive. "O recolhimento dos livros é uma decisão definitiva? Se sim, qual é a destinação do referido material didático adquirido com recurso público para incrementar o ensino-aprendizagem dos estudantes do estado de Mato Grosso do Sul"? Não estou pedindo para voltar o livro, estou perguntando o que vai ser feito com os livros que foram comprados com recurso público. "Para a análise da obra literária em comento, foi utilizado o sistema de classificação indicativa consolidado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, efetivado pela Secretaria Nacional de Justiça, com competência decorrente da previsão constitucional, regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e disciplinada por portarias dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública"? Mais uma vez: não foi solicitada a volta do livro e nem foi debatido o livro. O que precisa e o que eu estou solicitando com esse requerimento é que a gente faça, de fato, esse debate aqui, para compreender que a educação é feita com base na ciência. Não se pode tomar decisões sobre a educação sem dialogar com profissionais da pauta da educação. Eu pergunto ao deputado Zé Teixeira: o senhor iria para uma consulta médica, teria coragem de se submeter a uma cirurgia cardíaca, ou a algum procedimento, com um profissional que não é formado na área?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Entendo que a pergunta de Vossa Excelência não é pertinente, por que jamais eu iria para uma mesa cirúrgica com um leigo. Eu jamais permitiria que a minha neta lesse esse livro que discute a cor da pele. Acho uma utopia, neste país, tanta discussão sobre cor da pele, mesmo porque, quando o Brasil foi descoberto, vieram para cá os escravos e havia a maior harmonia, e essa discussão sobre a cor da pele foi trazida pelos americanos. Os Estados Unidos é que, efetivamente, têm uma revanche de cor, inclusive com vários episódios. Então, eu digo a Vossa Excelência que se fosse retirado do livro trechos que são pertinentes para uma criança de sete anos ler, como aquele que fala sobre a cor da pele do negão com a loirinha, eu até aceitaria, mas do jeito que está, eu acho muito forte para uma criança que ainda não foi preparada. Aquilo deve ser para maiores de vinte e um anos, nem para maior de dezoito anos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nobre deputado, é justamente isso que nós estamos pedindo no requerimento. O senhor disse que jamais se submeteria a uma cirurgia com um leigo, porque a garantia de sair de lá com vida é muito pouca, não é mesmo? Então nós precisamos começar a respeitar as profissões uns dos outros, precisamos entender que quem entende de Medicina é médico, mas quem entende de educação são os educadores. Quando a gente interfere em um processo educacional... As escolas são formadas com base na ciência, são séculos de estudo, de pesquisa, de ciência, e a gente passa, no mínimo, quatro anos estudando para entrar numa sala de aula. Então, é necessário respeitar esse lugar dos professores e educadores, porque quando a gente não respeita, podemos matar gerações e gerações. O livro em questão, e eu não estou aqui discutindo o livro, fala sobre a realidade da vida, e realmente tem trechos que não podem ser lidos nesta tribuna porque aqui tem regimento próprio, que não é o mesmo da sociedade e nem do ambiente escolar. Enquanto eu lia o livro, me lembrei de inúmeros casos que vivenciei dentro da escola e da sala de aula, e eu posso dizer aos nobres colegas e ao público presente que as meninas engravidam é no oitavo ano, não depois dos vinte e um anos, portanto é ali que a gente precisa conversar sobre esses assuntos, porque são elas que abandonam a escola. Então, não enfrentar essa discussão significa permitir que elas não estejam no espaço da escola. Eu me lembrei da história de uma aluna da sala do oitavo ano, a Mirian, que disse que não havia feito a tarefa porque ela saía da escola, tinha que fazer o almoço, lavar a louça, limpar a casa, e que quando terminava o trabalho, já tinha que preparar a janta. Ela tinha que fazer isso para uma família toda, pois morava na casa do adolescente com quem tinha se casado e era explorada pela família. Detalhe: ela só tinha quinze anos. Essa história foi relatada aqui no livro, está aqui na minha mão. Lembrei-me de outro caso de uma adolescente da mesma sala da Mirian, que tinha treze anos e era casada com um homem de quarenta e sete anos. Essas são as histórias que a gente tem na escola, essa é a vida real da escola pública. Tudo isso que eu estou falando para vocês, eu vivi no oitavo ano, não foi no ensino médio. Um outro caso é o da Maria, uma aluna nota dez, estudiosa, que sempre estava presente nas aulas, mas começou a faltar um dia, uma semana, e eu então perguntei para os colegas o que estava acontecendo, o porquê ela havia sumido, e as amigas disseram: "Você não sabe professora, ela engravidou e

a mãe tirou ela da escola por alguns dias". Depois de um tempo, ela retornou muito triste, ninguém sabe o que aconteceu, e o assunto foi encerrado. Eu estou dizendo para vocês, nobres colegas e público presente, que a realidade da escola não é o que a gente imagina, a realidade da escola é cruel, e é real. Então, não dá para a gente pensar política para o interior da escola sem debater com as pessoas que lá estão, é preciso debater com profissionais que conhecem a realidade. Então, o que eu quero dizer é que nesse requerimento eu estou solicitando informações, não estou questionando a postura do governador e nem dizendo que ele tem que retomar. O que eu solicito é que tenha estudos práticos, que a educação seja respeitada na sua necessidade e que os profissionais que estão no processo educacional também sejam respeitados. Da mesma forma que eu não quero desrespeitar outros segmentos, outras profissões, quero respeito pela educação. Esse livro me traz questionamentos, me faz pensar se o problema realmente é uma frase, três frases, três linhas, que trazem palavrões ou apelidos que são ditos na sala de aula pelos meninos, constantemente, para relatar uma diferenciação de cor de pele. A pauta no livro em nenhum momento é sobre sexo, é sobre cor da pele, é sobre realidade de mulheres, de homens, de jovens e adolescentes que trata. As cenas de sexo colocadas no livro retrata uma adolescente explorada numa família, uma mulher que passa por um tratamento de câncer, tem seus seios mutilados e está se relacionando com o amante porque o marido a abandonou. Essa é a história de muitas mulheres que passaram por tratamento de câncer, o livro traz uma quantidade enorme de conteúdo para ser discutido que eu não acredito que três linhas, apenas, tenha sido o único elemento para esse debate. Então, eu não quero aqui discutir o livro, mas o livro também traz uma história de racismo, de enfrentamento de um estado racista, de uma estrutura do estado que é racista, e talvez a única metáfora que ele traz, e que não é real, e que eu não vivi isso na realidade, é o final em que ele se apega na literatura para enfrentar a estrutura racista do estado, e é morto. Talvez seja essa a única metáfora colocada. O requerimento está solicitando informações ao governo e pedindo análise do livro, e se a gente se nega a pedir informações e análise técnica do processo educacional, é muito grave, senhores deputados. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu discordo do ponto em que a deputada falou dos educadores, porque quando eu era criança, faz muito tempo, a gente recebia a educação dos pais, em casa, já na escola a gente aprendia o saber, mas nem todas as pessoas intelectuais são educadas, porque a educação vem de berço. Então, o que ela está comentando é que a desestruturação das famílias hoje é muito maior do que a discussão desse livro. Eu vou votar contra porque entendo que a educação vem de berço, e o que está faltando no país e no mundo é uma melhor estruturação da família. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, qualquer um de nós tem o direito de perguntar o que quiser e de receber a resposta. Eu gostaria de sugerir à deputada Gleice, que junto com o membros titulares da Comissão de Educação, fizesse uma indicação ao professor Hélio para dirimir as dúvidas e evitar qualquer tipo de constrangimento, levando em consideração que não temos quórum aqui, e eles vão trazer essa resposta para nós.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Foi uma decisão sábia, deputado Professor Rinaldo. Então, eu gostaria de acatar, se o Plenário me permitir. Tiro de pauta hoje e submeto à Comissão de Educação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — A minha sugestão é que a deputada Gleice retire o requerimento para podermos formular diretamente em nome da Comissão de Educação ao secretário Hélio.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Itair Rodrigues e do senhor Luiz Cláudio Moreira. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento da senhora Maria Benites. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Faissal Robbin. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Arilda Motta Albuquerque. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Passemos as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não havendo oradores inscritos, nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h33 min).